

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO (ABAG) E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS INTERESSES DO EMPRESARIADO RURAL NO BRASIL*

ELAINE LACERDA

RESUMO *Este artigo tem como objetivo chamar atenção para o processo de politização da economia através da abordagem do agronegócio como um movimento político-ideológico do empresariado rural no Brasil e do resgate de significativa base de atuação do referido movimento na busca pela formatação de uma institucionalidade favorável ao modelo organizacional difundido pelo conceito de agribusiness, recentemente ressignificado enquanto agricultura sustentável. Exercício esse que traduz um esforço contínuo para a construção e consolidação da hegemonia dos negócios rurais em um contexto de imagnetização do capital, em que especialistas em marketing assumem papel fundamental na produção conflitiva do consenso.*

PALAVRAS-CHAVE *Abag; agronegócio; hegemonia.*

ABSTRACT *This article aims to draw attention to the politicization of the economy through agribusiness approach as an political-ideological movement of rural businessmen in Brazil and rescue of significant base of atuation of this movement in its search for formatting of an institutionality favorable to the organizational model diffused by the concept of agribusiness, recently resignifying as sustainable agriculture. Exercise that translates a continuous effort to the construction and consolidation of the hegemony of the rural business in a capital imagnetization context, where specialists in marketing assume a fundamental role in the conflictive production of consensus.*

KEY WORDS *Abag; agronegócio; hegemony.*

INTRODUÇÃO

Tendo tido como objeto de estudo a ideologia do agronegócio¹ e sua difusão através da Abag,² apreendida enquanto significativa

* Este artigo é fruto de pesquisa realizada para elaboração de dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Intitulada *Brasil Integrado: a ideologia sistêmica do agronegócio na Associação Brasileira de Agribusiness – Abag*, a referida dissertação foi desenvolvida sob orientação da professora doutora Regina A. L. Bruno. Cabe assinalar que, recentemente, a Abag passou a ser designada como Associação Brasileira do Agronegócio. Denominação que passo a adotar.

1 Mais do que uma construção com a qual os agentes da fração dominante do empresariado rural nomeiam atividades e agentes ligados à agricultura sob a representação de um sistema, emprego o referido vocábulo para nomear um movimento de mobilização do aludido grupo no sentido de institucionalizar seus interesses, tendo como estratégia o uso da “marca” *agronegócio brasileiro* na construção de uma identidade organizadora da multiplicidade de atores que busca congregar. Atenção para o uso do adjetivo pátrio como meio de legitimação e reconhecimento social. O intenso processo de desnacionalização sofrido pelos negócios em torno da agricultura brasileira é ocultado. Destaque para o núcleo

dirigente do movimento representado por figuras como Ney Bittencourt de Aratijo e Roberto Rodrigues – informações sobre ambos serão disponibilizadas ao longo do texto. Cabe assinalar que, para distinguir “agronegócio” enquanto movimento político-ideológico de “agronegócio” enquanto ferramenta de análise econômica, cuja leitura pela figura de um sistema permitiria o aperfeiçoamento das partes pela visão do todo – como divulgado por representantes do empresariado rural –, o termo será destacado em itálico ou será substituído pela palavra sistema, quando empregado no sentido patronal.

2 Fundada em 6 de maio de 1993 e localizada na cidade de São Paulo, a referida Associação recebe o qualificativo “nacional” como forma de distinção em termos de representação, consideradas suas experiências regionais materializadas na Abag/RS e Abag/RP. Atenção para fato curioso no Estatuto (2004) da Abag: o documento menciona a Abag/RP como entidade “coirmã”, mas não faz nenhuma menção aos confrades do Rio Grande do Sul.

base de atuação do referido movimento político, a pesquisa da qual este artigo é fruto resgatou as estratégias de difusão e atualização de uma visão de mundo organizadora da realidade e dos indivíduos num todo orgânico propício à formação de uma institucionalidade favorável ao modelo organizacional difundido pelo conceito de *agribusiness*. Modelo que, nos últimos tempos, tem sido ressignificado como *agricultura sustentável* e traduzido por um *sistema de gestão de riscos*, cuja operacionalização inclui a própria definição de *desenvolvimento*.

Apesar das controvérsias que alimentam o campo de disputa em torno da definição de termos como “desenvolvimento” ou de adjetivos como “sustentável”, não é preciso esforço para entender o sentido destes quando empregado pelos prepostos do agronegócio, levando em conta a busca contínua para a consolidação da capacidade de direção do empresariado rural num contexto de imagnetização do *sistema*, a exemplo do que ocorre com o próprio capital. Na prática, os agentes do aludido movimento, ao designarem dada atividade ou situação como sustentável, reconhecem (acima de tudo) a capacidade de continuidade e de autossuficiência daquilo ao qual se referem. De tal forma, cabe destacar o esforço dos referidos agentes no sentido de basear a própria ideia de *sustentabilidade*³ no chamado *Triple Bottom Line* ou 3P’s (*People, Planet and Profit*). A tese é que é possível conciliar interesses sociais, meio ambiente e lucro. Contudo, os avanços em determinar os limites do capital na produção e/ou reprodução do lucro, no intuito de resguardar o tecido social e diminuir a entropia nos sistemas naturais, são raros. O foco da discussão reside em transformar as exigências socioambientais em oportunidades de novos negócios. Assim sendo, novos modelos de governança são difundidos na tentativa de reduzir as incertezas através do controle dos riscos ao *business*.

Cabe lembrar que a incorporação da ideia de risco e seu gerenciamento constituem dado inerente ao funcionamento dos empreendimentos econômicos. Nesse sentido, atenção para a disseminação dos chamados modelos de governança

multistakeholder e o uso de seu potencial na resolução de conflitos e, portanto, na redução dos obstáculos a tais empreendimentos. Atenção, ainda, para o fato de que, na ideologia examinada, geração de riqueza (crescimento econômico) é sinônimo de bem-estar. Logo, crescimento é sinônimo de *desenvolvimento*.⁴ Equivalência essa que ignora distorções como a concentração da renda, bem como os desequilíbrios nos sistemas naturais. Aspectos esses secundarizados e que, muitas vezes, fazem parte do não dito.

Vale igualmente observar que a operacionalização do conceito de sustentabilidade tem ocasionado uma adaptação no referencial da agenda do empresariado rural no Brasil. De tal forma, temas como a mudança da matriz energética e da responsabilidade socioambiental ganham destaque nas discussões. O *agronegócio* vira um negócio de alimentos e energia, cuja legitimidade passa a depender de sua conformidade às exigências socioambientais. Fato esse que destaca a importância da situação das relações de força no cenário nacional e internacional, dado seu poder de determinar a direção e o sentido das discussões no campo da sustentabilidade e, portanto, de estabelecer importantes regras de condução dos negócios.

E é atento a tal questão que o agronegócio funda uma gama de organizações com porta-vozes próprios, revelando um complexo exercício na disputa pela *hegemonia*.⁵ A título de exemplo, a criação dos *think tanks* Icone (Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais) e Ares (Instituto para o Agronegócio Responsável).

Na pesquisa realizada, ambos os institutos foram resgatados enquanto significativas bases de atuação pertencentes à complexa rede de organizações na qual a Abag está inserida, cuja materialidade revela importante práxis para a institucionalização de interesses. Processo esse no qual as interações entre os campos econômico, político e intelectual, no que diz respeito à condução das atividades ligadas à agricultura, são explicitadas.

3 As indefinições sobre o termo fez com que Moreira (2007) empregasse a metáfora “nebulosa” para considerar sobre ele. Já Ehlers, reconhecendo as imprecisões que cercam o conceito, afirmou que ele abrigaria “desde aqueles que se contentam com simples ajustes no atual padrão produtivo, até aqueles que veem nessa noção um objetivo de longo prazo que possibilite mudanças estruturais não apenas na produção agrícola mas em toda a sociedade” (1996, p. 131).

4 Para uma visão mais complexa da questão, consultar Amartya Sen (2004). O autor concebe o desenvolvimento como um processo de ampliação da capacidade dos indivíduos no sentido da afirmação das liberdades substantivas, ou seja, a operacionalidade de escolhas concretas diante das possibilidades. Assim, os indicadores econômicos devem ser considerados um meio e não um fim em si.

5 A hegemonia reside na capacidade de convencimento, a qual estabelece o consenso que universaliza a ideologia – visão de mundo que transcende o conhecimento e se liga com a ação voltada para influir no campo de ação dos homens – por meio de instituições valorativas (GRAMSCI, 2007, v. 3).

6 Termo gramsciano que assume o significado de organização material voltada para manter, defender e desenvolver a “frente” teórica ou ideológica de dada classe. Assim sendo, Gramsci (2006, v. 2, p. 78) afirma: “tudo que influi ou pode influir sobre a opinião pública, direta ou indiretamente, faz parte dessa estrutura. Dela fazem parte: as bibliotecas, as escolas [...], até a arquitetura, a disposição e o nome das ruas”. Através da materialização da ideologia, percebemos a exata relação de forças de dada sociedade, segundo o teórico italiano.

7 Atenção para o peso da participação de cooperativas entre os associados da Abag. Lembremo-nos da ligação de Roberto Rodrigues com o cooperativismo, cuja origem parece residir em uma espécie de herança paterna. Não menos importante é a presença de empresas estrangeiras e mesmo de agências financeiras, desde a gênese da Associação. Conferir lista e perfil dos associados em Lacerda (2009).

8 Conferir em *10 anos Abag: em defesa do desenvolvimento do país*, p. 4.

9 Ver breves considerações sobre o rico campo analítico e conceitual que alimenta o embate pela definição da referida realidade em Silva (1996, p. 61-106) e Ramos (2007, p. 18-52).

Atenção especial foi dada, também, a algumas das principais *estruturas ideológicas*⁶ do agronegócio, cuja origem está associada aos esforços de seus agentes a partir da Abag. Ao exame de tais frentes materiais se somou a análise do conteúdo de entrevistas realizadas com alguns agentes do próprio *sistema*, bem como o levantamento da participação deles em agências do Estado. Contudo, dado os limites deste artigo, serão apresentadas apenas algumas considerações a respeito da relação entre agronegócio e Abag, além do papel estratégico das referidas frentes materiais.

Antes, porém, devo assinalar que o período coberto pela pesquisa compreendeu os anos de 1990 até 2008. Período esse cujas transformações, fruto da modernização de base técnica da agricultura, têm impactado profundamente as relações sociais. Cenário no qual refletir sobre as relações de poder identificando as estratégias de legitimação dos atores políticos do empresariado rural, no Brasil, assume função estratégica para compreendermos um regime sujeito à *hybris* e marcado pela constante luta pela capacidade de direção.

AGRONEGÓCIO E ABAG: A POLITIZAÇÃO DA ECONOMIA

Segundo documento da própria Associação Brasileira do Agronegócio, a Associação foi apresentada oficialmente em 6 de maio de 1993, no Auditório Nereu Ramos, no Congresso Nacional.⁷ De acordo com os registros, a cerimônia teria reunido 150 pessoas. Já para o grande público, a então Associação Brasileira do Agribusiness foi apresentada em 14 de junho do referido ano, em evento na cidade de São Paulo. Tratava-se do Seminário de Agribusiness, em que questões ligadas à segurança alimentar, ao *agribusiness* – conceito e abrangência, ao tamanho e ao custo do Estado e à infraestrutura e ao *agribusiness* brasileiro foram discutidas.⁸ A organicidade da iniciativa, considerado o contexto de sua realização – revisão da Carta de 1988 e eleição da fome como problema nacional –, bem como a própria estratégia

de representação empregada pela Abag – baseada no resgate de temas de interesse comum entre suas bases sociais –, revela uma fina sintonia com a *orquestração de interesses*, a qual tem caracterizado o chamado “*novo*” rural brasileiro.⁹

Fruto do processo de politização da economia, a Associação materializou os esforços para a institucionalização da ideia de *agribusiness* no país. Cunhado (em 1957) por John Davis e Ray Goldberg, durante estudos desenvolvidos no Programa de Pesquisa, Agricultura e Negócios da Harvard Business School (HBS), o referido conceito seduziu importante figura do empresariado brasileiro. Refiro-me ao então presidente (herdeiro) do Grupo Agroceres,¹⁰ Ney B. de Araújo,¹¹ cuja presença nos seminários realizados na HBS passou a ser frequente a partir da década de 1970.

O entusiasmo de Araújo com as discussões em Harvard é fato registrado e enfatizado por seus pares. A visão sistêmica das atividades agrícolas (sob a denominação *agribusiness*) o cooptara de tal forma, que Ney de Araújo incorporou a missão de difundir-la no Brasil, dando início a um processo de mobilização do patronato rural, congregando importantes lideranças de um setor que acabou sendo reinventado. A agricultura foi ressignificada como *agribusiness*, cujo exercício de tradução teria sido marcado por algumas “liberalidades”, segundo os próprios autores/atores do agronegócio.

Nesse sentido, foram realizadas algumas aproximações:

- 1) complexo agroindustrial e sistema agroalimentar buscariam exprimir o conteúdo da palavra *agribusiness*;
- 2) setor de insumos e bens de produção, setor “antes da porteira da fazenda”, equivaleria ao conjunto das atividades econômicas que ofertaria produtos e serviços para agricultura (*farm supplies*);
- 3) agricultura, setor rural, agropecuária, setor agrícola, produção agropecuária e produção agrícola e atividades

10 Fundada em 1945, a empresa foi pioneira na produção de milho híbrido no Brasil e tem como objetivo primário gerar tecnologia aplicada à genética para o campo brasileiro. Considerando os esforços de Ney de Araújo, a Agroceres parece constituir relevante base de atuação do agronegócio desde os primórdios do movimento.

11 Patrono do agronegócio, Araújo (agrônomo formado em 1958 pela Escola Superior de Agricultura da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais – UREM, a qual originou a Universidade Federal de Viçosa em 1969) foi um dos fundadores da Abag e seu primeiro presidente. Sua gestão datou de março de 1993 até junho de 1996. Em função de trágico acontecimento – Ney Bittencourt veio a falecer em 14/1/1996 num ocorrido que ficou conhecido como Caso Agroceres –, Araújo acabou sendo substituído por Arturo José Furlong (janeiro de 1996 a julho de 1996), cujo sucessor foi Luiz Alberto Garcia (1996-1999). Em seguida, Roberto Rodrigues assumiu a Presidência da Associação. Nomeado ministro da Agricultura do Governo Lula (2002), Rodrigues foi sucedido por Carlo F. M. Lovatelli, que ocupou o cargo até dezembro de 2011. Atualmente, a Abag tem como presidente Luiz

Carlos Correa Carvalho.

12 Dados os limites de uma dissertação, foi resgatado o conteúdo das discussões em Araújo, Wedekin e Pinazza (1990, 1992), Araújo e Pinazza (1993), Abag (1993), Rezende (1993), Contini e Nunes (2001) e Batalha (2005).

13 Paulista de Cordeirópolis, formou-se em Agronomia pela Esalq/USP em 1965 e possui curso de aperfeiçoamento em administração rural. Atualmente, coordena o GV-Agro/FGV-SP, é professor do Departamento de Economia Rural da Unesp – Jabcabal, conselheiro do Conselho Superior do Agronegócio (Cosag) da Fiesp e *co-chair* da Comissão Interamericana do Etanol – atividades que se somam ao dia a dia de empresário rural (São Paulo/Maranhão). Rodrigues presidiu ainda a OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras (1985-1991), a SRB – Sociedade Rural Brasileira (1994-1996) e a ACI – Aliança Cooperativa Internacional (1997-2001), além da própria Abag (1999-2002). Entre os inúmeros cargos que ocupou, inclui-se o de ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (jan. 2003 a jun. 2006). A extensa lista de ocupações revela uma posição social marcada pelo forte capital social e poder de direção. Um dos principais líderes do agronegócio, ao lado de Araújo, o ex-ministro é figura de peso no referido movimento ainda hoje.

“dentro da porteira da fazenda” seriam sinônimos, representariam agregado que, dentro das unidades ou dos estabelecimentos rurais, seria responsável pela produção vegetal e animal (*farming*);

- 4) processamento e distribuição, agregado situado “depois da porteira da fazenda” que envolveria as atividades na indústria e nos serviços para a conversão e comercialização dos bens de consumo feitos com produtos de origem agropecuária (ARAÚJO, WEDEKIN e PINAZZA, 1990).

Somados os agregados antes, dentro e depois da porteira, temos a constituição de uma rede de conexões cuja necessidade de ordenação e representação política legitimaria o projeto de uma associação que traduzisse a nova realidade e dotasse de importância política o poderoso complexo econômico, definido, didaticamente, nas obras editadas pela Agrocere de Ney Bittencourt e pela própria Abag.¹²

Devo assinalar que, em depoimento sobre a origem da Abag, Roberto Rodrigues¹³ destaca a insistência de Ney Bittencourt para a fundação de uma associação que congregasse a representação do setor, unindo os diversos interesses em torno deste. Vários teriam sido os apelos de Araújo para a institucionalização da Faab (Frente Ampla da Agropecuária Brasileira), em cuja experiência Rodrigues identifica a semente da Associação Brasileira do Agronegócio.¹⁴

Cabe lembrar que o esforço de Ney de Araújo acabou lhe rendendo o título de Dínamo do Agribusiness em obra organizada pelo próprio Roberto Rodrigues (1997). A publicação representa uma homenagem póstuma, em que “companheiros de jornada” destacam uma personalidade forte e comprometida com a causa do *agribusiness*. A busca pela excelência através da inovação tecnológica baseada na pesquisa e na difusão de novos conhecimentos constituiria o epicentro de seu discurso, bem como a necessidade de convencer a sociedade brasileira da importância do *agronegócio*.

Na referida obra, Ivan Wedekin¹⁵ menciona o período em que “garimpara” informações com Décio Zylbersztajn¹⁶ e o próprio Araújo para a publicação de obra editada pela Agroceres (ARAÚJO, WEDEKIN e PINAZZA, 1990) como parte das festividades pelos 45 anos da empresa.¹⁷ Sob o título *Complexo agroindustrial: o agribusiness brasileiro*, Araújo e seus pares iniciaram um trabalho mais sistemático de divulgação das ideias predominantes na HBS, em termos de convencimento, no sentido de que atividades e agentes envolvidos com a agricultura seriam partes constitutivas de um *sistema* cujo desenvolvimento só seria possível se ele fosse considerado em suas interdependências. Fato esse que não deve ser descolado da própria trajetória da Agroceres, bem como de sua importância enquanto base de atuação de um dos principais patronos do agronegócio.

Considerados os argumentos de base ética, presentes em *Complexo agroindustrial*, nota-se a extensão de um trabalho realizado para além da função de organizar o próprio grupo. A empreitada incluía gerar reconhecimento social suficiente para qualificar o *agronegócio* como elemento nuclear da vida social e das ações públicas.

No próprio discurso de apresentação da Abag, em pleno Congresso Nacional, Araújo afirmou que da eficiência do *agribusiness* dependeria a segurança alimentar (SA) do país, “pedra fundamental de seu desenvolvimento como sociedade justa”. E mais, expressou, ainda, a autoridade de quem apresentava a SA como a principal responsabilidade social do *sistema*. E, ao fazê-lo, adotou demandas em termos de políticas públicas e (inclusive) de tratamento diferenciado por parte do Estado.

No referido discurso é possível notar os elementos estruturantes da matriz discursiva da Abag. São eles:

- 1) o desenvolvimento sustentado;
- 2) a integração à economia internacional;
- 3) a eliminação das desigualdades de renda e bolsões de miséria;
- 4) o respeito ao meio ambiente.

14 Período de intensa mobilização do patronato no sentido de recuperar sua força política. Contexto em que a hegemonia estabelecida era questionada por aqueles que, historicamente, têm estado à margem dos “sistemas” (no sentido de modelos hegemônicos de organização social). A oposição entre capital e trabalho, num cenário favorável à institucionalização dos interesses deste, gerou violenta reação das elites rurais, cujo produto mais significativo foi a UDR – União Democrática Ruralista. Para resgatar a questão, ver Bruno (2002), Silva (1991) e Mendonça (2006). Vale recordar que, extinta no início de 1990, a CNA – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil divulgou o ressurgimento da UDR sob nova denominação. Em 14/8/2002, foi criado o Rural Brasil. Trata-se de um Conselho Superior de Agricultura e Pecuária mantido pela própria CNA e com sede em Brasília. A iniciativa teve a parceria da SRB, OCB, ABCZ, CNA e UBA.

15 Diretor de *commodities* da BM&FBovespa S.A., Wedekin é formado em Engenharia Agrônoma pela Esalq/USP. Foi secretário de política agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento de janeiro de 2003 a julho de 2007, sócio-diretor da RCW Consultores de 1996 a 2002, diretor comercial e assessor econômico da Agroceres de 1984 a 1996, diretor executivo da Sociedade Rural

Brasileira de 1981 a 1984 e técnico do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas de 1975 a 1981.

16 Ao retornar ao Brasil, Zylbersztajn (graduado em Agronomia, em 1975, e mestre em Economia Agrária, em 1979, pela Universidade de São Paulo; possui também mestrado, 1981, e doutorado, 1984, em Economia pela North Carolina State University; atualmente é professor titular da Universidade de São Paulo, além de coordenador do Pensa) funda (1990) o Programa de Estudos dos Sistemas Agroindustriais – Pensa, o qual passou, recentemente, a Centro de Conhecimento em Agronegócios. Atuando em redes, a exemplo de outras bases de atuação do agronegócio, o espaço busca divulgar o funcionamento do sistema, além de propiciar a circularidade de ideias através da realização de seminários (inspirados nos eventos da HBS), entre outras atividades, que permitem uma maior integração dos agentes/agências do sistema, buscando gerar as sinergias necessárias ao bom funcionamento do *agribusiness brasileiro*, cuja compreensão seria de fundamental importância para a inserção competitiva do Brasil no *agronegócio* internacional.

17 As festividades incluíram a realização de um seminário, em São Paulo, com a presença de Ray Goldberg.

Vale ressaltar serem esses os elementos apontados como problemas estruturais do Brasil e que sua discussão acaba apresentando uma linha de continuidade em termos de demanda e proposições, na qual sobressaem três grupos de ação: políticas públicas, ordenação das cadeias produtivas e negociações internacionais.

Importa mencionar, igualmente, que o trabalho de difusão da nova percepção da dinâmica que envolveria a agricultura levou à edição de um conjunto considerável de obras com as quais os autores/atores do agronegócio se inseriram no campo de disputa pela definição do modelo organizacional das atividades e dos agentes ligados à agricultura, cuja direção acabou sendo determinante no tratamento dispensado à *questão agrária*¹⁸ no país.

Nesse sentido, reconhecendo a atividade editorial como uma das mais significativas frentes materiais no processo de construção da hegemonia e buscando cumprir com o objetivo deste artigo, passo a apresentar os aspectos mais relevantes abordados nas principais obras selecionadas pela pesquisa. Através dessa sistematização é possível apreender o que tem sido considerado problemas sistêmicos pelos ideólogos do *sistema*.

Além da obra acima citada, chamam atenção as seguintes publicações: *Agribusiness: o complexo agroindustrial brasileiro* (1992), *Segurança alimentar: uma abordagem de agribusiness* (1993), *Agricultura na virada do século XX: visão de agribusiness* (1993), *A metamorfose do Estado* (1993), *Complexo agroindustrial: caracterização e dimensionamento* (2001) e *Recursos humanos e agronegócio: a evolução do perfil profissional* (2005).

De forma geral, tais obras enfatizam a relevância do CAI para a economia nacional e a necessidade de uma institucionalidade adequada ao seu dinamismo. Argumentos de natureza ética são empregados como mecanismos de legitimação numa estratégia discursiva, cujo objetivo é a construção do consenso, pré-requisito para a consolidação da capacidade de direção. Nesse

sentido, a contribuição do setor na luta contra a fome, bem como para a geração de emprego e renda, é enfatizada.

Como não poderia deixar de ser, a preocupação com a definição do que se denomina por *nova agricultura* e seus elementos constitutivos é característica marcante dos livros publicados. O problema conceitual traduzido pela incapacidade de se enxergar o *sistema* como um todo é ressaltado. A falta de informação inibiria o processo integrado de planejamento e trabalho, conjunto necessário à formulação de políticas para o atendimento de metas econômicas e sociais garantindo o desenvolvimento nacional.

Entre os temas eleitos para o debate, temos:

- 1) política agropecuária;
- 2) reforma do Estado;
- 3) infraestrutura;
- 4) formação de quadros de direção e representação política;
- 5) segurança alimentar;
- 6) relações internacionais.

Em termos de política agropecuária, ênfase em temas já tradicionais na agenda do patronato rural:

- 1) tributação;
- 2) crédito;
- 3) comercialização;
- 4) tecnologia.

Como proposições:

- 1) criação de imposto sobre valor agregado com alíquotas progressivas, de acordo com a essencialidade do produto;
- 2) carga tributária global reduzida e fim do ICMS sobre exportações;
- 3) criação de mecanismos de privatização do crédito rural;
- 4) criação de bancos de crédito cooperativo privado e a

18 O referido termo é compreendido não só como um “conjunto de inter-relações e contradições derivado de uma estrutura fundiária altamente concentrada que, por seu turno, também determina a concentração de poder econômico, político e simbólico, criando estruturas de sujeição da população rural e uma cultura incompatível com um tipo de exploração racional da terra definido pela fala/prática oficial como a ‘mais adequada’ para o desenvolvimento nacional”, como o define Mendonça (2006), mas também envolve os constrangimentos ambientais gerados na captura da renda da natureza – renda auferida com a exploração dos recursos naturais, cuja garantia tem sido a posse do conhecimento sobre tais recursos. Para discussão sobre renda da natureza e saber ambiental, ver Moreira (1995) e Leff (2008).

19 Vale comentar a visão gramsciana de livre mercado enquanto regulação do Estado. Segundo o pensador italiano, a tese liberal constituiria um erro teórico por basear-se na distinção entre sociedade civil e sociedade política, cuja natureza metodológica é transformada em orgânica. “Assim, afirma-se que a atividade econômica é própria da sociedade civil e que o Estado não deve intervir em sua regulamentação. Mas, dado que sociedade civil e Estado se identificam na realidade dos fatos, deve-se estabelecer que também o liberalismo é uma regulamentação de caráter estatal, introduzida e mantida por via legislativa e coercitiva: é um fato de vontade consciente dos próprios fins, e não a expressão por via espontânea, automática, do fato econômico.” (GRAMSCI, 2007, v. 3)

institucionalização de formas e arranjos privados de financiamento, tais como compras e vendas a termo, contratos de integração e contratos entre produtores de insumos e agricultores;

- 5) maior atenção aos instrumentos de administração de abertura de comércio e necessidade de preparar quadros para a representação em foros internacionais;
- 6) criação de um Fundo Nacional de Desenvolvimento Tecnológico com recursos que viriam de pequeno percentual acrescentado aos preços dos insumos e máquinas agrícolas, cuja administração caberia a um conselho privado (ARAÚJO, WEDEKIN e PINAZZA, 1990).

Cabe destacar que o equacionamento da agricultura de baixa renda se daria através de políticas sociais voltadas aos nichos rurais atrasados no intuito de integrá-los ao CAI. Não haveria alternativas fora do modelo defendido.

Atenção ao fato de que, em pleno processo de revisão constitucional (anos 1990), questões como o tamanho e o custo do Estado, segurança alimentar e relações internacionais, em termos de agricultura, são resgatadas sob a ótica dos interesses do *sistema*.

Em relação ao enfrentamento da crise vivenciada pelo Estado, a avaliação do “gigantismo” e da “ineficiência” de sua máquina é apresentada como primeiro passo a ser tomado. O desempenho estatal estaria aquém das necessidades da sociedade, segundo os autores/atores do agronegócio.

Como princípios gerais do que deveria ser a base da reforma do Estado: a liberalização do mercado¹⁹ e do comércio, cujo ritmo deveria ser acompanhado por reformas internas que assegurassem competitividade ao parque produtivo brasileiro. É afirmada a necessidade de criação de novos mecanismos de cooperação entre poder público e iniciativa privada no intuito de reduzir as disparidades regionais. Já o restabelecimento do

equilíbrio federativo se daria através da autonomia federativa, subordinada aos princípios de menor intervenção estatal e maior cooperação interna no campo do desenvolvimento regional (REZENDE, 1993).

Valores como leveza, rapidez, exatidão, visibilidade, multiplicidade e consistência são, igualmente, defendidos. O objetivo seria a construção de um Estado capaz de dar respostas em tempo real, ser transparente e atuar de forma sistêmica e precisa.

Também tema principal de livro, à segurança alimentar (SA) foi reservado lugar de destaque nas discussões. Ao que tudo indica, a adoção da referida bandeira constituía o principal argumento ético organicamente elaborado pelo agronegócio até então.²⁰ Atenção para o que seriam as setes chaves da SA:

- 1) construção da família Brasil;²¹
- 2) estabilidade econômica para o desenvolvimento nacional;
- 3) aumento real de compra dos salários;
- 4) elevação das oportunidades de consumo de alimentos;
- 5) valorização e expansão da produção agropecuária;
- 6) redução dos custos de comercialização e distribuição de alimentos;
- 7) agregação de valor e interiorização do desenvolvimento.

Além dos lançamentos destinados à discussão da reforma do Estado e da segurança alimentar, registra-se obra (1993) abordando a temática dos subsídios agrícolas e do protecionismo baseado em barreiras não tarifárias, práticas predatórias de países desenvolvidos. Nessa obra, Araújo e Pinazza desenvolvem argumento ainda hoje marcante no discurso dos agentes do agronegócio. Trata-se da relação entre os referidos subsídios e protecionismo e o suposto “bloqueio” das bases de crescimento de países (como o Brasil) de “vocação agrícola”. Enfim, os autores/atores denunciam o que seria um processo de “desestruturação das vantagens competitivas” desses países. Entendendo o

20 A partir dos anos 2000, a bandeira da *sustentabilidade* passa a englobar a própria temática da segurança alimentar.

21 A proposta de construção da Família Brasil se daria no intuito de construir uma sociedade preocupada com o próprio futuro, em que seus cidadãos fossem habilitados a consumir e produzir em benefício da competitividade global do país.

22 Entendido enquanto processo de articulação de interesses, em que dado grupo de pressão busca participar da tomada de decisão em termos de políticas públicas. Para tanto, estudos e atividades estratégicas são elaborados no intuito de dar suporte à atuação de seus agentes. Conferir Silva (1996) e Oliveira (2004). Atenção para o sentido inverso do processo: ao mesmo tempo em que tentam influenciar as autoridades públicas, tais agentes sofrem influência destas. Fato esse explícito no processo de negociação em torno das políticas oficiais.

23 Motivo de controvérsias, a definição da participação de cada setor da economia no PIB nacional revela importante campo de disputa entre agentes classificadores da ordem. Fato explícito nas diferentes metodologias e bases conceituais empregadas para a mensuração dos dados/indicadores que servem de base para o cálculo de tal participação. Em disputa à construção e consolidação do próprio capital social – refiro-me à capacidade de influenciar os atores que estão em posição de tomada de decisão – dos grupos ligados às atividades produtivas, as quais se busca destacar em termos de contribuição ao país. Atenção para as diferentes metodologias mesmo entre os que empregam a mesma base conceitual. Diversidade que reforça a natureza

crescimento do setor agrícola como o principal caminho para sustentar o crescimento econômico/desenvolvimento da nação, outra não poderia ser a avaliação desses agentes.

Como reação ao que se constituiria numa das mais “perversas barreiras” ao desenvolvimento nacional, temos a proposta de agregação de mecanismos para a conscientização da sociedade brasileira (“anestesiada pela desinformação”) no intuito de “transformá-la em arma de pressão”. Inclua-se, também, a motivação da academia que seria fonte “de munição” para a “luta”. A imprensa, “interface com a sociedade”, também constitui objeto de interesse do esforço de mobilização. De tal forma, os autores trabalham elementos para a efetivação do *lobby*²² a favor do agronegócio.

Questão que envolve um dos argumentos mais empregados enquanto legitimador da tese do *agronegócio* como principal pilar da economia brasileira, a contribuição do setor para o PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro igualmente deve ser mencionada.²³ Nesse sentido, entre os estudos produzidos e divulgados pelas agências do agronegócio, vale resgatar o trabalho (2001) de caracterização e de dimensionamento do CAI brasileiro. De autoria de Elisio Contini e Eduardo Nunes, a obra apresenta resultados – obtidos em termos de contribuição de cada segmento para o PIB do setor e a contribuição deste para a economia nacional através de sua colaboração com o PIB nacional – surpreendentes até mesmo para seus autores/atores.

A participação do *agribusiness* no PIB brasileiro representaria 20,6% segundo o referido estudo. A explicação para tal fato residiria, entre outras, na dificuldade de apoio à agricultura, bem como na concorrência internacional com a abertura comercial do país. Contudo, as cifras de 25% do valor total da produção nacional, 40% das exportações e 37% da força de trabalho o lançariam ao posto de maior negócio do Brasil.

Restrito a dados quantitativos e marcado pela ausência de uma análise qualitativa dos resultados obtidos, o estudo ignora os

custos socioambientais que questionam o modelo produtivo ao qual se refere. Fato esse que é fruto de uma estratégia discursiva em que tudo o que sinaliza a não harmonia e que denuncia a face dolorosa da modernização (SILVA, 1982) é silenciado sob efeito de que é inexistente ou pouco importa. Entretanto, ao leitor cabe atentar para o fato de que, examinadas dimensões outras que não a da integração técnico-produtiva, os continuísmos são evidentes em elementos estruturais da questão agrária brasileira. Elementos esses representados pela concentração fundiária, pela expropriação do trabalhador, pela sazonalidade do emprego, pelo êxodo rural, pela degradação ambiental etc. Realidade essa que reflete a fusão do capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária ainda hoje baseada no que Delgado (1985) chamou de “arranjos ocupacionais e fundiários atrasados, em termos de relações sociais e de exploração ambiental”. Persistências as quais materializam passivos cujo enfrentamento gera uma reinvenção do discurso com o uso de termos classificadores da realidade, tais como “sustentável”.

Adjetivo amplamente empregado, cujo significado varia conforme o ator e a empreitada, cabe atenção ao seu significado no discurso de agentes e agências do agronegócio. Ao abordarem a temática da sustentabilidade, temos a menção a um “sistema de riscos”, cuja gestão deve viabilizar e potencializar o *business* através de uma ação proativa do setor. Como já destacado, no início destas linhas, a discussão sobre os limites do capital no sentido de preservar o tecido social e os recursos naturais é deslocada para a criação de estratégias para transformar as exigências socioambientais (em termos produtivos) em oportunidades para incrementar os negócios.

Por fim, mas não menos importante, a relação entre o perfil profissional demandado pelas empresas do *sistema* e a evolução quantitativa e qualitativa dos cursos destinados à formação de recursos humanos para o setor merece ser mencionada. De tal forma, vale algumas considerações sobre obra publicada (2005)

política do trabalho de formulação das estatísticas. Nos últimos anos, os dados divulgados sobre a contribuição do *agronegócio* revelam uma participação que varia entre 20,6% e 33% no PIB nacional. Conferir material divulgado pelo Mapa – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, CNA – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, GV-Agro – Centro de Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas e Cepea – Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. A título de exemplo, ver artigo de autoria de Alexandre de Castro, intitulado “O caos estatístico do agronegócio”, em versão *on-line* de *O Estado de S. Paulo*, de 24/2/2009.

24 Atenção aos seminários e programas de intercâmbio com associações internacionais (iniciados no ano de 1996, segundo registros da própria Abag) para a troca de experiências e difusão do *agribusiness brasileiro*.

25 Vale identificar as versões da feira, cujo conjunto forma o Sistema Agrishow. Apelidadas de “experiências clonadas”, os eventos ocorrem em regiões que representariam novas fronteiras para o *agronegócio*. Nesse sentido, temos Agrishow Cerrado (Rondônia-MT), cuja primeira edição foi em 2002, Agrishow Comigo (Rio Verde-GO) e Agrishow Nordeste ou LEM (Luís Eduardo Magalhães-BA, em unidades da Embrapa), realizadas desde 2004. Inclua-se, na lista, a Agrishow FFH (Frutas, Flores e Hortaliças) realizada desde 2000 (Jundá-SP). Atenção para o fato de estar a frequência dos eventos sujeita à conjuntura: dependendo da situação, as feiras podem ser suspensas, para serem resgatadas em momento posterior. Conferir em *10 anos Abag: em defesa do desenvolvimento do país e 15 anos Abag: uma história de realizações em benefício do agronegócio brasileiro*. Informações sobre os referidos eventos podem ser obtidas em edições de *Panorama Rural*.

pelo Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais (Gepai) da Universidade Federal de São Carlos, com financiamento do Fundo de Agronegócios do Ministério da Ciência e Tecnologia e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Inclua-se, também, o apoio da Abag, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

Os autores do referido estudo enfatizam a expectativa de que, a exemplo do que teria ocorrido após publicação do primeiro trabalho do gênero no ano 2000, este seria útil para ajustes nos cursos de formação de quadros para o *sistema*. Em termos gerais, temos a ênfase nas áreas de qualidades pessoais e de comunicação e expressão, com destaque para a capacidade de desenvolvimento de habilidades de comunicação e negócios. Em sequência, ressaltam a importância dos conhecimentos em economia e gestão; tecnologia de produção; métodos quantitativos computacionais e sistemas de informação; e experiência profissional desejada (BATALHA et al., 2005).

O confronto entre demanda e oferta de recursos humanos demonstraria a adequação da maioria dos cursos, de acordo com o referido estudo. Exceção seriam os cursos de Agronomia e Engenharia Agrícola no nível do Pós StS., Ciência e Engenharia Florestal, Engenharia de Aquicultura e Engenharia de Pesca e Nutrição.

Atenção à necessidade de “formação de lideranças capazes de raciocinar na direção da modernidade”. A agricultura perderia sua competitividade na ausência de “uma massa crítica volumosa e competente”.

Além da atividade editorial, vale mencionar outras frentes materiais de difusão da ideologia do agronegócio, fruto da ação de seus agentes tendo a Abag como base de atuação. A título de exemplo, a Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação de Ribeirão Preto (Agrishow/RP, iniciada em 1994), os Congressos Brasileiros de Agribusiness (CBAs, iniciados em 2002) e os Fóruns Abag (iniciativa datada de 2004).²⁴

Lembre-mo-nos de que um dos principais redutos do núcleo dirigente do empresariado rural, a Associação potencializa o projeto de um Brasil Integrado – interna e externamente –, cuja sustentação tem sido a materialidade dos atos/ações do movimento político do qual é fruto. Vejamos.

AGRISHOW/RP

Peça fundamental na estratégia de valorização do *agronegócio* e de interação entre seus agentes, a Agrishow/RP²⁵ representa momento em que se busca criar um consenso em torno do uso da tecnologia como solução aos problemas do campo. A feira serve, ainda, como palco para explicitar demandas, como isonomia de tributos, infraestrutura e linhas de crédito.

Sob a marca Agrishow,²⁶ o evento reflete estratégia reveladora de uma forma bem contemporânea de gerar convencimento em tempos de imagetização do capital. Através do Sistema de Feiras Agrishow, busca-se certificar o “padrão de qualidade” das feiras destinadas ao setor. Representando a mais antiga e principal dessas feiras, a Agrishow/RP expõe as interfaces entre negócios e política. A exemplo dos CBAs, nota-se a presença de autoridades como secretários e ministros da Agricultura, governadores, deputados e presidentes da República.²⁷ Agentes esses que enfatizam a importância do *agronegócio*, bem como as ações oficiais na direção de atender às necessidades do setor. Gabinetes são transferidos para a feira, fato nada incomum em relação à Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo e ao próprio Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Em sua terceira visita ao evento, o então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou:

A Agrishow é uma demonstração da evolução da agricultura e da pecuária brasileiras. Nossa produtividade por hectare é a maior do mundo, nosso gado é criado a pasto, o chamado

26 Entende-se por marca a “união de atributos tangíveis e intangíveis [...] que cria influência e gera valor” (MARTINS, 2006, p. 9). A marca, quando bem gerenciada (*branding*), ajuda a fidelizar o consumo, estabelece identidades/relações em que valores são compartilhados. Sob a marca *agrishow*, trabalha-se o consenso em torno da ideia de que desenvolvimento tecnológico significa desenvolvimento rural. Para uma leitura sobre *marcas* e *branding*, conferir a obra citada.

27 A título de exemplo, pode-se registrar a participação do presidente Fernando Henrique Cardoso em 1997, 1999 e 2001, sendo que em 2001 Cardoso recebeu o Prêmio Agrishow. Cabe lembrar ter sido criação do governo de FHC o Fórum Nacional de Agricultura. Contudo, a homenagem se deu graças à implementação do Moderfrota – Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras, tendo como objetivo o financiamento de tratores agrícolas, implementos e colheitadeiras. Segundo Sérgio Magalhães, então presidente da Agrishow, o programa era “um antigo plano [...], difícil de ser conseguido” (*Panorama Rural*, ano 2, n. 28, p. 44, jun. 2001). Já Luiz Inácio Lula da Silva teria comparecido a quatro eventos. O último deles foi em maio de 2009, quando realizou um balanço do primeiro ano do Programa Mais Alimentos, linha

especial de crédito que destina recursos para investimentos em infraestrutura da propriedade rural. Ver em <<http://www.mda.org.br>>. Atenção aos interesses em torno dos negócios alimentados pela referida linha de crédito, bem como para a aproximação de determinados setores patrocinada pelo Estado.

boi verde está livre de contaminação e é promotor de crescimento. *O campo está fazendo do Brasil um país rico e de destaque em todo o mundo* (Panorama Rural, ano 5, n. 64, p. 35, 2004, grifo meu).

O conteúdo do discurso de Luiz Inácio traduz o lugar de destaque atribuído ao setor, cuja “modernidade” é atestada pelos ganhos de produtividade. Não há menção aos custos desses ganhos.

Figura cuja colaboração à causa do evento é destacada, Antônio Palocci chegou a receber a Moeda Oficial Agrishow,²⁸ Prefeito de Ribeirão quando foi realizada a primeira edição da feira, Palocci prestigiou o evento como ministro da Fazenda, tendo como companhia o próprio Luiz Inácio Lula da Silva. Grynszpan (2008) chega a relacionar a indicação de Roberto Rodrigues para ministro da Agricultura no Governo Lula (2003) à aproximação entre Rodrigues e Palocci durante as negociações para a criação da Agrishow. Contudo, não devemos esquecer a blindagem política que significava a nomeação de um dos mais importantes dirigentes do agronegócio para a referida pasta. O próprio presidente da República sempre reconheceu a natureza estratégica da nomeação de Rodrigues: “Roberto veio num momento excepcional, nos primeiros meses do Governo, para dar o toque de harmonia necessário e acabar com qualquer suspeição na relação entre o Governo e o setor de agronegócio nesse País” (Abag, 2003b, p. 79).

A saída de Roberto Rodrigues do Ministério foi retratada pela imprensa como a queda da “muralha” que continha os ataques de um setor que sempre fora hostil ao então presidente da República.

Ainda sobre a Agrishow/RP, vale frisar que, reunindo autoridades, empresas do setor, associações de classe e agências financeiras, a feira materializa a própria ideia de *sistema*. No cenário de negócios, as conexões entre política e economia são expostas no cotidiano das transações e discussões.

28 Homenagem aos colaboradores à causa do agronegócio. A referida premiação ocorreu em 2004.

Importa destacar, ainda, a parte Dinâmica da feira. Nesse espaço são feitas demonstrações práticas das novidades em termos de maquinaria e implementos agrícolas. Difundido como o principal fator de sucesso da iniciativa, seu conceito seria originário do Farm Progress Show dos EUA e da Expochacra da Argentina. Segundo seus organizadores, as primeiras experiências no Brasil teriam ocorrido em Londrina (PR), em 1992, e Uberlândia (MG), em 1993. O nome de Brasília de Araújo Neto é lembrado. Teria sido Araújo Neto, proprietário e então presidente da Sociedade Rural do Paraná, que implementara o conceito em nosso país.

Cabe mencionar, também, que o evento recebe o apoio institucional do Governo do Estado de São Paulo e patrocínio institucional do Mapa. Além de organização e promoção da Reed Exhibitions e Alcantara Machado.²⁹

O esforço para desmistificar a Agrishow/RP como uma feira voltada ao grande produtor igualmente chama atenção. Entre as medidas implementadas: a inclusão de culturas que podem ser rentáveis em pequenas áreas, a venda de máquinas e implementos para pequenos e médios produtores, bem como a organização de caravanas de pequenos produtores para visitar o evento.

Para concluir, vale destacar o Projeto Comprador da Apex (Agência de Promoção de Exportações do Brasil – órgão do Ministério do Desenvolvimento) em parceria com o Sebrae-SP, cujo intuito é promover atividades comerciais entre fabricantes nacionais e empresas distribuidoras internacionais. A iniciativa chega a patrocinar a vinda de representantes de diversos países, tais como Argentina, México, China, Uruguai, África do Sul, Itália, Holanda, Jordânia, Rússia etc.

29 Criada em abril de 2007, a Reed Exhibitions Alcantara Machado é resultado da *joint venture* firmada entre aquela que seria a maior promotora de feira do mundo – a Reed Exhibitions – e aquela que seria a maior da América Latina – a Alcantara Machado Feiras de Negócios. A parceria teve início em 2006, com a realização da Feicon Batimat (Feira Internacional da Indústria da Construção), seguida da ISC Brasil (Feira de Segurança Eletrônica) e do Sisp (Salão Imobiliário São Paulo). A Reed Exhibitions Alcantara Machado detém mais de 30 feiras de negócios, dos mais diversos segmentos da indústria. Entre os objetivos da promotora, temos: propiciar aos expositores e seus clientes a oportunidade de incrementar negócios, trazer eventos internacionais para o Brasil, bem como realizar novas parcerias. A empresa passou a organizar a Agrishow em 2008, substituindo a organização da Abimaq. Fato que é fruto do processo de especialização implementado pela referida Associação e que repercutiu na própria organização de *Panorama Rural*.

CBAS E FÓRUNS ABAG

Os congressos e fóruns promovidos pela Abag constituem espaços em que agentes do setor debatem questões de interesse

comum das cadeias produtivas, propondo caminhos a seguir. Dessa forma, a formatação de ambos os eventos tendem a evitar oportunidade para a manifestação do dissenso decorrente do estranhamento de interesses tão amplos e diferentes. A própria abordagem de temas de interesse majoritário consolida o valor estratégico das referidas iniciativas para a unidade do discurso, bem como para a organização da ação coletiva.

Cabe observar que a participação de autoridades, em ambos os eventos, nos remete à natureza de um *Estado ampliado*,³⁰ evidenciando as relações de poder que alimentam o projeto predominante na organização de atividades e atores em torno da agricultura no Brasil, em tempos de agronegócio. Tal fato fica explícito na própria constituição das mesas de trabalho, formadas por agentes cujas posições sociais destacam a força das *networks* em torno do *sistema* e o potencial do setor para institucionalizar seus interesses.

Implementados em fins da gestão de Roberto Rodrigues, os CBAs, em suas últimas versões, vêm favorecendo inclusive a aproximação entre o empresariado rural e os agentes de fora do *sistema* – avaliados como importantes aliados no jogo das *relações de força*.³¹ Lembremo-nos do equilíbrio de compromissos como base da hegemonia. Nesse sentido, atenção à aproximação entre o agronegócio e determinadas ONGs sob a justificativa de construção do que constituiriam novos modelos de governança, cuja incorporação pelas bases do *sistema* tem se dado enquanto mecanismo de legitimação e de gestão antecipada da contestabilidade.

Segundo Rodrigues, a dimensão da Abag em termos de importância política e representativa só teria sido alcançada a partir dos próprios CBAs. Embora reconheça o impacto causado pelas obras de autores/atores ligados à Associação, o ex-ministro da Agricultura afirma ter sido o evento responsável pela projeção nacional e internacional da Associação Brasileira do Agronegócio. Haveria toda uma expectativa em torno dos Congressos Brasileiros de Agribusiness, cujas temáticas estariam

30 O Estado entendido em toda sua complexidade. Este não se limita a um aparato político-administrativo ou político-militar. O Estado é apreendido enquanto um espaço onde se dá a produção conflitiva do consenso, considerando os grupos da sociedade civil que o compõem e disputam sua inserção nele (GRAMSCI, 2007, v. 3).

31 Para detalhes sobre uma análise das relações de força, conferir Gramsci (2007, v. 3, p. 3-4).

sendo cada vez mais abrangentes, afirma um dos patronos e ex-presidente da Abag. Avaliação essa que é comum entre os representantes da Associação.

A iniciativa tem na lista de patrocinadores o Banco do Brasil, a BayerCrosience, a Bunge, a BM&F Bovespa, a Sadia, a Unica, a Abimaq, a Anfavea, a Vale etc. Sob *patrocínio master*, destaque para a participação da Petrobras e do próprio Banco do Brasil. Já em apoio institucional, a Abag conta com sua “coirmã” de Ribeirão Preto, com a Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo e com o Mapa.

Atenção ao temário dos CBAs: é possível notar uma sequência que expressa não só a agenda do agronegócio, mas identifica as questões em torno das quais se busca a construção dos famosos *common grounds* no intuito de potencializar as ações das agências do *sistema*, como já assinalado. Nesse sentido, os sete primeiros eventos³² foram realizados sob os seguintes títulos: Plano Estratégico 2002-2010 (2002); Construindo Estratégias (2003); Criando Vantagens Competitivas (2004); Alimentos, Energia e Sustentabilidade (2005); Bases para o Futuro (2006); Brasil: um só Agronegócio (2007) e Agronegócio e Sustentabilidade (2008).

Considerando o discurso da necessidade de um tratamento sistêmico dos problemas do setor, temos a ênfase em infraestrutura e logística; crédito e seguro rural; relações comerciais com foco no processo negociador no âmbito da OMC, em particular os impactos sobre o *agribusiness*; e, por fim, a valorização da imagem do setor.

Vale mencionar um dos mecanismos que mais tem se destacado como solução aos gargalos identificados. Trata-se da criação e consolidação de parcerias – baseadas em PPPs ou em acordos entre os próprios atores/agências do *agribusiness* “nacional” e/ou internacional –, as quais têm naturalizado a atuação do empresariado rural através de redes sociais cada vez mais amplas e diversificadas.

32 Lembremo-nos de que o período da pesquisa da qual o presente artigo é fruto cobriu os anos de 1990 a 2008.

Importa assinalar (igualmente) que, desde o ano de 2004, as atividades do CBA incluem momento para homenagear um agente de destaque do setor. O homenageado é agraciado com o troféu Personalidade do Agronegócio.³³

Em relação à participação de instituições de ensino nos CBAs, observamos a presença das seguintes instituições: IBMEC (em 2003, 2006 e 2007, com Eduardo Giannetti), Faculdade de Economia da USP (em 2004, representada por seu diretor Yoshiaki Nakano), Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – Esalq (em 2004, com seu diretor José Roberto Postali Parra), Pensa (em 2003, representado por seu coordenador Décio Zylbersztajn), Universidade de São Paulo (em 2008, com Jacques Marcovitch) e Universidade de Illinois (em 2008, representada por Robert L. Thompson).

Entre as agências governamentais, presença marcante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, da Diretoria de Agronegócios do Banco do Brasil e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Externo. Já entre as associações de classe, temos as seguintes participações: CNA (em 2006 e 2008), OCB (em 2003, 2004, 2006 e 2008) e SRB (de 2003 a 2006). A presença da SNA não é registrada em nenhum evento da Abag.

Iniciativa datada de 2004, cuja ideia é atribuída a Carlo Lovatelli, os Fóruns Abag constituem uma espécie de antessala para os CBAs. Os referidos eventos ocorrem em média a cada dois/três meses, durante um “café da manhã” oferecido aos participantes. Momento esse em que são apresentadas e discutidas questões (por 2 ou 3 horas) relacionadas à construção de sinergia necessária ao desenvolvimento sustentado do *sistema*. Nesse sentido, vale atentar para a eleição, inclusive, de temas para serem discutidos durante a realização dos próprios CBAs. Enfim, segundo Lovatelli, os Fóruns Abag serviriam para reunir

33 Ver relação dos homenageados em Lacerda (2009).

“com frequência amigos do agronegócio brasileiro para debater temas de interesse prementes”.

Considerando o período de 2004 a 2008, destaque para quatro temáticas, cujas interfaces com a competitividade – base da sustentabilidade econômica do *agronegócio* – foram reafirmadas pelos *stakeholders*, que deram o tom dos referidos eventos. São elas: Infraestrutura e Logística (com ênfase para as Parcerias Público-Privadas), Taxa de Câmbio, Reforma Tributária e Normalização – regras de produção e acesso ao mercado.³⁴

Antes de finalizar, cabe enfatizar que às iniciativas mencionadas se soma a fundação de agências as quais buscam instrumentalizar a ação dos atores do agronegócio, reforçando seu potencial de convencimento e de institucionalização de interesses. A título de exemplo, a criação dos *think tanks* Icone e Ares.

Assim como outras bases de atuação do agronegócio, ambos os institutos nasceram por definição de interesses ligados ao *sistema*. Considerados seus objetivos e ação, não há como negar que ambos materializam os esforços de um *lobby* classista na elaboração de estratégias eficientes na disputa pela manutenção da capacidade de direção diante do questionamento de seus interesses.

Outro aspecto a ressaltar é a presença de agentes do agronegócio (ligados à própria Abag) em agências do Estado. Atenção às nomeações para o cargo de ministro da Agricultura, bem como para a Secretaria Estadual de Agricultura do Estado de São Paulo. Atualmente a referida Secretaria é chefiada por Mônica Bergamaschi. Sobre sua nomeação, Carlos Lovatelli declarou:

O Governador [Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho] fez uma excelente escolha nomeando a Mônica, ela é competente e conhece profundamente a agricultura brasileira e do Estado de São Paulo, além de ter uma participação ativa em assuntos importantes como do novo Código Florestal (*website* da Abag).

34 No período pesquisado foi registrada a realização de 13 eventos com a seguinte sequência de temas: 1) PPPs – Parcerias Público-Privadas (novembro de 2004); 2) O Impacto do Câmbio no Agronegócio (março de 2005); 3) Infraestrutura e Logística no Agronegócio (julho de 2005); 4) Sanidade Vegetal e Sanidade Animal no Brasil (setembro de 2005); 5) Propostas do Agronegócio para os candidatos à Presidência da República (março de 2006); 6) Sustentabilidade (setembro de 2006); 7) Agroenergia (dezembro de 2006); 8) Propostas do Agronegócio (junho de 2007); 9) Certificação do Agronegócio (outubro de 2007); 10) Barreiras Técnicas de Comércio e Sustentabilidade (março de 2008); 11) Reforma Tributária e Impactos no Agronegócio (maio de 2008); 12) Agroenergia e Sustentabilidade (outubro de 2008); e 13) Conjuntura Econômica e o Agronegócio (dezembro de 2008).

35 Segundo Bergamaschi, a Associação tem sua origem (2001) na mobilização de um grupo de usineiros paulistas para valorizar a imagem de suas atividades na região. Diante do interesse do referido grupo para a formação de um Consórcio Paulista do Agronegócio, Paulo Rodrigues teria convidado Roberto Rodrigues (seu pai) para uma reunião com os empresários de Ribeirão. O objetivo era que Rodrigues explicasse a dinâmica de uma associação multissetorial, considerando a ideia de *agribusiness*. Durante o encontro, o convidado teria sugerido a criação de uma Abag regional como forma de fortalecer a experiência já em curso com a Abag nacional. Com ação restrita e objetivos bem definidos, além de autonomia financeira, nasceu a “coirmã” da Associação Brasileira do Agronegócio. Essas informações foram obtidas em entrevista realizada com Mônica Bergamaschi, então di-retora executiva da Abag/RP e diretora da Abag nacional, entre outras ocupações.

A secretária é ex-aluna de Roberto Rodrigues e foi sob sua responsabilidade que a Associação Brasileira do Agronegócio da Região de Ribeirão Preto, criada por sugestão do próprio Rodrigues,³⁵ implementou significativa iniciativa de valorização institucional do setor. Trata-se do programa Agronegócio na Escola. Em funcionamento desde 2001, o referido programa representa o uso da “função externa” (BOURDIEU, 2008) do sistema de ensino no processo de convencimento que é inerente às ações dos atores sociais em sua busca por legitimação.

Feitas tais considerações, reforço o convite à reflexão sobre agronegócio enquanto movimento de institucionalização de interesses do empresariado rural, bem como sobre a importância de uma associação de caráter formal, leia-se político, como a Abag.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BATALHA, M. O. et al. *Recursos humanos e agronegócio: a evolução do perfil profissional*. Jaboticabal: Novos Tempos, 2005.
- BOURDIEU, P. *A reprodução: elementos para uma teoria dos sistemas de ensino*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- DELGADO, G. *Capitalismo financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985*. São Paulo: Ícone, 1985.
- EHLERS, E. *Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma*. São Paulo: Livros da Terra, 1996.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, v. 2.
- _____. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 3.
- GRYNSZPAN, Mario. Carreiras, redes e internacionalização. Um estudo do agronegócio, 2008. Disponível em: <www.fae.unicamp.br/focus/textos/grynszpan-mario>.
- LEFF, E. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*, 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- MARTINS, J. R. *Branding: um manual para você criar, gerenciar e avaliar marcas*. São Paulo: GlobalBrands, 2006.

MENDONÇA, S. R. *A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária – Natureza e comportamento, 1964-1990*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MOREIRA, R. J. Renda da natureza e territorialização do capital: reinterpretação a renda da terra na competição intercapitalista. *Estudos e Sociedade*, Rio de Janeiro, n. 4, p. 89-111, 1995.

_____. Assimetrias de poder, cultura, territórios ecossistêmicos e globalização. In: *Mundo rural IV: configuração rural-urbanas – Poderes e políticas*. Rio de Janeiro: Mauad X, Edur, 2007.

OLIVEIRA, Andréa Cristina de Jesus. *Lobby e representação de interesses: lobistas e seu impacto sobre a representação de interesses no Brasil*. 2004. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

SILVA, J. G. da. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: IE/Unicamp, 1996.

FONTES

ABAG. *Segurança alimentar: uma abordagem de agribusiness*. São Paulo: Abag, 1993.

_____. *10 anos Abag: em defesa do desenvolvimento do país*. São Paulo: Abag, 2003a.

_____. Construindo Estratégias: 2003 – Brasília. *Anais do 2º Congresso Brasileiro de Agribusiness*. São Paulo: Abag, 24-25 jun. 2003b.

_____. *Estatuto da Associação Brasileira de Agribusiness*. São Paulo: Abag, 2004.

_____. *Informativos Abag, 2004-2008*.

ARAÚJO, N. B. de; PINAZZA, L. A. *Agricultura na virada do século XX: visão de agribusiness*. São Paulo: Globo, 1993.

- ARAÚJO, N. B. de; WEDEKIN, I.; PINAZZA, L. A. *Complexo agroindustrial: o agribusiness brasileiro*. São Paulo: Agroceres, 1990.
- _____. *Agribusiness: o complexo agroindustrial brasileiro*. São Paulo: Abag, 1992.
- BATALHA, M. O. et al. *Recursos humanos e agronegócio: a evolução do perfil profissional*. Jaboticabal: Novos Tempos, 2005.
- CONTINI, E.; NUNES, E. P. *Complexo agroindustrial: caracterização e dimensionamento*. Brasília: Abag, 2001.
- REZENDE, F. *A metamorfose do Estado*. São Paulo: Abag, 1993.
- RODRIGUES, R. *Ney Bittencourt: o Dínamo do Agribusiness*. São Paulo: s.ed., 1997.

LEITURAS RECOMENDADAS

- BRUNO, R. *O ovo e a serpente: monopólio da terra e violência na Nova República*. 2002. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- LACERDA, E. V. *Brasil Integrado: a ideologia sistêmica do agronegócio na Associação Brasileira de Agribusiness*. 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- MARQUES, P. E. M. *Segurança alimentar: a intervenção da Associação Brasileira de Agribusiness no campo de disputa e produção ideológica*. 1996. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- PINTO, Raphaela Giffoni. *O novo empresariado rural no Brasil: uma análise das origens, projetos e atuação da Associação Brasileira de Agribusiness (1990-2002)*. 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.
- RAMOS, P. et al. *Dimensões do agronegócio brasileiro: políticas, instituições e perspectivas*. Brasília: MDA, 2007.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SEVERINO, C. F. Novas estratégias de organização política dos empresários: o caso da Abag. XXVIII Encontro Anual da Anpocs, 2004.

SILVA, J. G. da. As representações empresariais da agricultura brasileira moderna: as disputas na transição para a democracia, 1985-1989. *Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*. Campinas: Sober, 1991, p. 261-285.

ELAINE LACERDA – Bacharel em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, especialista em história do Brasil pós-30 pela Universidade Federal Fluminense e mestre em Sociologia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, <lacerda.e@gmail.com>